



# Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 119.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1990

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Irondi Pugliesi, José Felinto, Leônidas Chaves, Paulino José Delazeri e Pedro Tonelli (06). Achando-se em licença os Senhores Deputados Algaci Túlio e Luiz Antonio Setti (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Ple-

nário preferência de votação para o Projeto de Lei nº 633/90.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO Nº 2953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário preferência de votação para o projeto de lei nº 642/90.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO Nº 2963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de votação, para o Projeto de Resolução nº 168/90, que aprova o novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO Nº 2965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de votação para os Projetos de Lei nº's 266/90 e 623/90, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO Nº 2969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução de nº 168/90 e o Projeto de Resolução de nº 218/90 e Projeto 587/90.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2935

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação na Ata da presente sessão de voto de profundo pesar pelo falecimento do Coronel Paulo Braga, ocorrido no dia 16 de dezembro último, nesta Capital.

O extinto era viúvo, deixou cinco filhas e netos. Membro de tradicional famí-

lia paranaense, nasceu na cidade da Lapa. Fez carreira no Exército onde chegou ao referido posto de Coronel. Dotado de simpatia ímpar, cultivou ao longo de sua vida inúmeros amigos. Coronel Paulo Braga era irmão do ex-governador Ney Braga.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) JOÃO ARRUDA

#### REQUERIMENTO N° 2938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "voto de profundo pesar" pelo passamento do Senhor Arlindo Mansani, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 18 de dezembro em curso, com a idade de 76 anos.

O Senhor Arlindo Mansani era casado com Dona Maria Arlita Mansani e deixa os seguintes filhos: Alceu Mansani, casado com Dona Luiza; Arlita Mansani Lopes, casada com o Senhor Luis e 7 netos.

O fato entristeceu profundamente a sociedade pontagrossense, à qual pertencia e onde gozava do mais alto conceito e admiração daqueles que com ele tiveram o privilégio de conviver, não apenas como pai exemplar e esposo dedicado, mas pela interessante pessoa humana que era.

Desta decisão Requer, ainda, seja dada ciência aos seus familiares no seguinte endereço: Rua Darly Luiz Wambier, 2511 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 647/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor WAGNER BRUSSOLO PACHECO.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) JOSÉ FELINTO

#### JUSTIFICATIVA:

Wagner Brussolo Pacheco é natural do Estado de São Paulo. Nasceu em Dois Córregos, em 22 de janeiro de 1937, Advogado, Assistente do Ministério Público, Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Umuarama, Membro do Instituto dos Advogados do Brasil, Professor, Procurador do Estado e Chefe da Casa Civil, estão entre as destacadas atividades.

Cursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, colando grau em 06 de abril de 1961.

Mestre em Direito das Relações Sociais, onde apresentou, na fundação Universidade Estadual de Londrina, na data de 1982, a dissertação com o tema "Ação Popular Brasileira", recebendo da Douta Banca, integrada pelos professores Cândido Rangel Dinamarco, Donald Armelin e João Batista Lopes, a elevada nota de 9,3.

Wagner Brussolo Pacheco, é um exemplo a ser seguido pela geração presente e vindoura. Onde as nossas palavras e o seu "Curriculum-Vitae" são, apenas, pequenas comprovações diante da sua irrepreensível conduta tanto em sua vida pública quanto privada.

Pelo acima exposto, temos certeza da aprovação pelos nobres Pares desta Casa de nossa justa homenagem a eminente figura do Doutor Wagner Brussolo Pacheco.

##### PROJETO DE LEI N° 648/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituída, na forma do artigo 21, da Constituição do Estado, a Região Metropolitana de Campo Mourão.

Parágrafo Único - A Região Metropolitana de Campo Mourão, constitui-se dos municípios de Araruna, Boa Esperança, Cornubataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Iretama, Janiópolis, Luiziana, Mamborê, Peabiru e Quinta do Sol.

Art. 2° - Nomear-se-á na Região Metropolitana um Conselho Deliberativo, presidido pelo Governador do Estado e, um Conselho Consultivo, criado por Lei Estadual.

§ 1° - O Conselho Deliberativo contará em sua composição, além do Presidente, com cinco (5) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, um dos quais será o Secretário Geral do Conselho, todos nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice organizada pelo Prefeito da sede e outros processos mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2° - O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3° - Incumbe ao Estado prover, a expensas próprias, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - Coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

Parágrafo Único - A unificação da Execução dos serviços comuns efetuar-se-á quer pela concessão do serviço a entidade estadual, quer pela constituição de empresa de âmbito metropolitano, quer mediante planos que, através de convênio, venham a ser estabelecidos.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - Sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - Saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviço de limpeza pública;

III - Uso do solo metropolitano;

IV - Transportes e sistema viário;

V - Urbanismo e habitação popular;

VI - Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental;

VII - Outros serviços que vierem a incluir-se na área de competência do Conselho Deliberativo.

Art. 6º - Os municípios da Região Metropolitana que participarem da execução do planejamento integrado e dos serviços comuns, terão preferência na obtenção de recursos estaduais, inclusive sob a forma de financiamentos, bem como de garantias para empréstimos.

Art. 7º - O prazo para a instalação é de 6 (seis) meses.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela deriva do ar-

tigo 21, da Constituição Estadual e inspira-se na experiência protagonizada pela União, que estabeleceu a Região Metropolitana de Curitiba.

A iniciativa, concretamente, pretende viabilizar o desenvolvimento harmônico e integrado dos municípios da Região Centro-Oeste do Estado do Paraná, de crescente densidade populacional e franco progresso econômico, uniformizando as ações administrativas consentâneas às organizações das populações urbanas.

Objetiva ordenar a tarefa de minimizar os efeitos da acentuada expansão urbana, responsável pelos decréscimos da qualidade de vida, geradores dos desconfortáveis índices de miséria que vem atingindo, indiscriminadamente, toda a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lido o expediente. Não há oradores no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, consta da Ordem do Dia da Sessão do item 62, em 2.ª Discussão, o Projeto de Lei de nº 6553/90, que fala da autorização ao Poder Executivo a proceder à retirada do Estado do Paraná, como um estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE. Ou pleitear a liquidação do referido Banco. (Lê):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quando alguém quer que tomemos decisões que atendam a seus interesses, procura precipitar os fatos, para que não tenhamos tempo para pensar e analisar os dados.

Em 07.03.1989, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do BRDE.

Em 14.03.1990, o mesmo BACEN, considerando sanadas as causas da liquidação, sustou aquele processo e o Banco passou a ser gerido sob a forma de administração compartilhada entre o BACEN e os Governos dos Estados.

Nós Parlamentares estávamos cientes de que o Governo do Estado, que concordou com o levantamento da liquidação, estivesse empenhado em fortalecer o BRDE, uma vez que ele já é um Banco saneado.

No entanto, fomos tomados de surpresa, quando da Ordem do Dia, já do dia 13.12.90, consta a Mensagem do Senhor Governador com anteprojeto que pede ao legislativo poderes para providenciar a retirada do Paraná do Convênio CODESUL/BRDE. Confesso que isto nos surpreende, uma vez que um assunto de tamanha envergadura demanda, sem dúvida, uma análise mais acu-

rada. Muitas perguntas afloram e devem ser respondidas ao votar.

1 - O que quer realmente o Governo do Estado em termos de Banco de Desenvolvimento?

2 - Com a extinção do BRDE, salva-se o BADEF? Como?

3 - Quem vai desempenhar o papel do BRDE como Banco Regional?

4 - O Paraná não tem interesse em manter uma união dos três Estados da Região Sul?

5 - O que o BRDE representa hoje de encargos para o Estado?

6 - Pode uma autarquia como o BRDE transferir seus bens para uma S.A., como se insinua na Mensagem do Executivo?

7 - Com a extinção do BRDE do Paraná, quais encargos passaria o Estado a assumir?

8 - Qual o desempenho do BRDE comparativamente ao BADEF?

9 - Existe um estudo detalhado do sistema financeiro do Estado em cujo contexto está inserido o BRDE? (Não existe).

10 - Se existe este estudo, onde está? Nós precisamos conhecê-lo.

11 - Se não existe, em que se baseou a Assessoria do executivo para municiar o Senhor Governador na tomada desta atitude tão drástica em assunto de tamanha envergadura?

12 - A quem interessa realmente a extinção do BRDE? Não é certamente ao Paraná, a quem ele sempre serviu e onde investiu US\$ 2,9 bilhões de dólares em 29 anos.

13 - A Mensagem do Executivo é muito vaga e nada convincente.

Se é, como nela se alega, um problema de dualidade, já foi pensada a possibilidade de se contestar tal dualidade?

Sim, porque, enquanto se cobra isso da Região Sul, o que dizer das demais regiões, onde Bancos Estaduais e Regionais de Desenvolvimento subsistem tranquilamente? Vide BASA, BNB, BB, CEF...

14 - É justo que as demais regiões continuem levando privilégios, enquanto o Sul, por sua própria desunião, se mantém na periferia econômica? Até quando vamos aceitar o jogo?

Senhor Presidente, Senhores Deputados: Eu pergunto finalmente: Estes questionamentos são ponderáveis ou não? E quem de nós, em sã consciência, é capaz de responder a todos?

O BRDE não é um órgão público isolado, mas é parte de um todo. Este todo é que deve ser analisado. Há dias foi encaminhada através desta Casa, uma série de questionamentos ao Senhor Governador.

Na mesma oportunidade foi solicitado ao Banco Central um posicionamento quanto à dualidade. Nenhum desses pedidos foi

ainda atendido. Por isso, proponho hoje que se crie uma Comissão Especial para estudar todo o Sistema Financeiro do Estado e proponho ainda que se retire de pauta o assunto BRDE, enquanto esta Comissão não tiver concluído o seu trabalho e o Governador e o BACEN não tenham atendido os ofícios desta Casa enviados a eles por requerimento do Deputado Algaci Túlio.

Nós, Senhores Deputados, teremos a incumbência de votar e decidir sobre o assunto.

Não devemos e não podemos fazê-lo sem ter em mãos todas as informações. É necessário dizer que não pretendo manter nem extinguir qualquer instituição, sem uma análise detida.

O que eu quero é poder tomar uma decisão consciente sobre um assunto de tamanha importância. O BRDE é uma instituição pública que não pode ser extinta hoje e recriada amanhã.

Que o Paraná não tenha motivos para se arrependar no futuro.

A história glorifica os sábios e pune os levianos.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n° 168/90. Aprovado.

Requerimentos em n° de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constantes do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n° 633 e 642/90. Aprovados.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Resolução n° 218/90, e para o Projeto de Lei n° 587/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n°s 266 e 623/90. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

#### EM VOTAÇÃO

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 168/90, de autoria da Comissão Geral, que aprova o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DO RELATOR. Aprovado.

O Projeto irá à Redação Final.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 633/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 229/90), que reajusta em 185,22% os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela CLT, na forma que especifica. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 642/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 231/90), que altera a Tabela de Escalonamento Vertical que trata o Artigo 107, da Lei n° 6417, de 03 de Julho de 1973. (Polícia Militar do Estado). Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 642/90  
A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - A Tabela de Escalonamento Vertical estabelecida pelo artigo 107 da Lei n° 6417, de 03 de julho de 1973, passa a vigorar com os seguintes índices, para as categorias abaixo:

#### ÍNDICE

1. OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS:  
Capitão PM..... 800
2. OFICIAIS SUBALTERNOS:  
a) Primeiro Tenente PM..... 797  
b) Segundo Tenente PM..... 676
3. PRAÇAS ESPECIAIS:  
a) Aspirante a Oficial PM.....534  
b) Aluno CPO (último ano).....408,61  
c) Aluno CPO (demais anos).....352
4. PRAÇAS:  
a) Subtenente PM.....489

- b) 1° Sargento PM.....466
- c) 2° Sargento PM.....453
- d) 3° Sargento PM.....439
- e) Cabo PM.....426
- f) Soldado PM 1.<sup>a</sup> Classe.....408,61
- g) Soldado PM 2.<sup>a</sup> Classe..... 352

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 1991, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.90.

(a) PODER EXECUTIVO.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 218/90, de autoria da Comissão Executiva, que altera o artigo 1° da Resolução n° 161/85, de 17 de dezembro de 1985. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 587/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 206/90), que altera na forma que especifica, a tabela de salários do pessoal regido pela CLT, integrante do Grupo Atividade Aviação, da divisão de transporte da Casa Militar, da Governadoria do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 266/90, de autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos Municípios no produto da arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e comunicação -ICMS. (PUBL. NO DA.n° 42, de 23.04.90).

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que registrasse o meu voto pelo projeto original, somente para registro e conhecimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser devidamente registrado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 623/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n°227/90), que objetiva alterar as tabelas de taxas referidas no artigo 25, da Lei n° 7811/83 e no artigo 1° da Lei n° 8067/84, que versam sobre as taxas do DETRAN.

PROJETO DE LEI N° 623/90  
A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - As Tabelas de Taxas a que se refere o artigo 25 da Lei nº 7811/83 e artigo 1º da Lei nº 8067/84, passam a vigorar com as alterações contidas nos anexos I, II e III desta Lei.

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei nº 7811/83 e Lei nº 8067/84, não conflitantes com a presente Lei, permanecem produzindo os mesmos efeitos legais.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.90.

a) PODER EXECUTIVO

ANEXO I  
TABELA DE TAXAS

I- TAXAS PARA ÁREA DE HABILITAÇÃO	(980,17)	% VRR
1.01- Emissão da CNH	120	
1.02- 2ª Via de CNH	120	
1.03- Licença p/Estrangeiro	60	
1.04- Exame Prático de Direção	18	
1.05- Exame de Legislação	21	
1.06- Carteira de Aprendizagem	24	
1.09- Beneficiário Art.145-RCNT	120	
1.10- Junta Médica Especial	180	
1.11- Registro Esc. Form.Condut.	300	
1.12- Renovação Anual Escola de Formação de Condut./Autor	180	
1.13- Curso de Formação p/Diret. e Instrut. de Auto Escolas	120	
1.12- Exames Psicológicos p/ fins pedagógicos (Diret. e Instrutores)	125	
1.13- Reabilitação	120	

ANEXO II

II- TAXAS PARA ÁREA DE VEÍCULOS (980,87)

	% VRR
2.01- Emissão de CRV	60
2.02- 2ª Via do CRV (Dilaceração, Extravio ou Furto)	50
2.03.1- Mudança de Categoria ou Características (Troca de cor))	60
2.03.2- Mudança de Categoria ou Características (Protótipos)	60
2.03.3- Mudança de Categoria ou Características (Mudança de Placa)	60
2.03.4- Mudança de Categoria ou Características (Remarcação de Chassi)	60
2.03.5- Mudança de Categoria ou Características (Adaptações)	60
2.04- Implantação ou Baixa de Alienação	60
2.05- Baixa de Veículo (Perda Total)	60
2.06- Cópia de Prontuário de Veículo)	60
2.07- Credenciamento de Despachante	300
2.08- Renovação anual de Credenciamento de Despa.	180
2.09- Curso de Aperfeiç. em Identificação de Chassi	180
2.10- Transferência de Propriedade (Aquisição de veículo, mudança de município, compra com troca de placa Registro outro Estado). (Tabela abaixo).	

## ANEXO III

## Anexo I-

TAXAS REFERENTES AOS PROCESSOS DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE (Aquisição de veículos, mudança de município, compra com troca de placa e registro de outro Estado).

NACIONAL		ANO DE FABRICAÇÃO				
		90/89/88	87/86	85/84	83/83	Ant. 82
2.10.01	- Ciclomotor, motocicleta e triciclo % VRR	50	48	46	44	42
2.10.02	- Automóvel, buggi e camioneta % VRR	60	58	56	54	52
2.10.03	- Furgão, Jipe e Pick-up % VRR	60	58	56	54	52
2.10.04	- Microônibus e ônibus % VRR	70	68	66	64	62
2.10.05	- Caminhão e Cavalo Mecânico % VRR	80	78	76	74	72
<hr/>						
ESTRANGEIRA						
2.10.06	- Ciclomotor, Motocicleta, Motoneta e Triciclo % VRR	70	68	66	64	62
2.10.07	- Automóvel, Buggy e Camioneta % VRR	80	78	76	74	72
2.10.08	- Furgão, Jipe e Pick-up % VRR	80	78	76	74	72
2.10.09	- Microônibus e ônibus % VRR	90	88	86	84	82
2.10.10	- Caminhão e Cavalo Mecânico % VRR	100	98	96	94	92
<hr/>						
NACIONAL/ESTRANGEIRA						
2.10.11	- Máquinas Agrícolas, de Terraplanagem, Equipamentos Especiais % VRR	60	58	56	54	52

Anexo II

TAXAS REFERENTE À ESTADA DE VEÍCULOS INFRATORES, no PÁTIO DO DETRAN ( por dia )

	VRR %
3.14.1 - Ciclomotor, Motocicleta, Motoneta, Triciclo	12
3.14.2 - Automóvel, Buggy e Camioneta	18
3.14.3 - Furgão, Jipe e Pick-up	18
3.14.4 - Microônibus e ônibus	30
3.14.5 - Caminhão e Cavalos Mecânicos	30

Anexo III

TAXAS REFERENTES AO SERVIÇO DE GUINCHAMENTO DE VEÍCULOS INFRATORES, PARA O PÁTIO DO DETRAN.

3.15.1 - Ciclomotor, Motocicleta, Motoneta e Triciclo	60
3.15.2 - Automóvel, Buggy e Camioneta	72
3.15.3 - Furgão, Jipe e Pick-up	72
3.15.4 - Microônibus e ônibus	109
3.15.5 - Caminhão e Cavalos Mecânicos	109

III -TAXAS DE SERVIÇOS % VRR

3.01 - Vistoria	12
3.02 - Lacre	12
3.03 - Licença de Para-brisa (p/dia)	12
3.04 - Fotocópia Autenticada	6
3.05 - Levantamento de Acidentes	30
3.06 - Registro de CNH	120
3.07 - Exame Médico	20
3.08 - Exame Psicotécnico	50
3.09 - Certidão Negativa de CNH (INPS, emprego, Cópia do PGU)	60
3.10 - Expedição ou Baixa de Ficha de Matrícula	60
3.11 - Certidão Negativa de Multa	60
3.12 - Certidão de Propriedade de Veículo (Certidão de Registro de Veículo, Furtos)	60
3.13 - Serviços de Emplacamento, em Revenda, Empresas e outros	120
3.14 - Estada (por dia) (vide tabela anterior)	
3.15 - Serviço de Guinchamento (vide tabela anterior)	
3.16 - Licenciamento	25
3.17 - Taxa de Expediente	12

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 41/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que concede transporte coletivo in-

termunicipal, gratuito, para maiores de 65 anos de idade, em todo o território paranaense.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 41/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica isento de pagamento de passagens, nos ônibus das linhas do transporte coletivo intermunicipal, o passageiro maior de 65 anos de idade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) CÂNDIDO BASTOS

Aprovado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) - Eu queria verificação de quórum, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de quórum.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Chamada nominal Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e três Senhores Deputados responderam à chamada.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. RUBENS BUENO - (Questão de Ordem) - antes do encerramento eu queria um esclarecimento de Vossa Excelência, a Ordem do Dia de amanhã está também presente o Projeto de Lei nº 633 que trata do aumento dos servidores públicos do Estado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai marcar as duas sessões restantes do período de prorrogação para os dias 27 e 28.

O SR. RUBENS BUENO - Eu só gostaria de concluir, lamentando, afinal nós estamos aqui exatamente pretendendo convocar antes do final do ano, as sessões para projetos importantes, inclusive do aumento dos servidores.

Eu lamento a participação da platéia neste momento. só estou alertando Vossa Excelência porque nós apresentamos uma emenda para ser votada em segunda discus-



são que trata exatamente do mesmo aumento a ser pago no mês de janeiro na data base dos servidores públicos. Por isso estou pedindo que Vossa Excelência esclarecesse a data desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dias 27 e 28. A emenda de Vossa Excelência será anexada ao projeto para ser apreciada em segunda.

O SR. ORLANDO PESSUTI -(Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicitamos pela ordem para registrar a presença neste Plenário, do Prefeito de Ivaiporã, Antonio da Paz e de Jardim Alegre, Abdo Mohamad Addi. E registrar com satisfação Senhor Presidente, que estivemos nesta semana acompanhando de perto a realização na cidade de Foz do Iguaçu, por designação de Vossa Excelência, estivemos representando a Presidência desta Assembléia no 12º Congresso da UTI cujos debates foram por demais oportunos diante do momento político e institucional que estamos vivendo.

Dentro desse contexto queremos aqui também enaltecer a eleição do nosso companheiro Presidente Tonico Ramos, da Assembléia de São Paulo, para presidir a UTI nos próximos quatro anos, bem como também, a eleição do nobre companheiro Caíto Quintana para o Conselho, para um dos Secretários, para vice-Presidência o companheiro Antônio Annibelli e para o Conselho Fiscal o companheiro Ezequias Losso.

Oportunamente, provável no dia 27 e 28 estaremos dando conhecimento a esta Casa da Carta de Foz do Iguaçu elaborada por ocasião do encerramento daquele importante conclave dos Parlamentares Estaduais de todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço a Vossa Excelência, que representou a Assembléia em Foz do Iguaçu, e me congratulo com Vossa Excelência pelo êxito da representação paranaense.

A Mesa, para a próxima sessão, determina ao serviço de segurança que só entrem no plenário e nas galerias, funcionários devidamente credenciados, por constatar a falta de educação e de respeito de alguns funcionários que aqui estão.

Sobre a mesa, requerimento de nº 2938, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2935, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 41/90, 561/90, 564/90, e do Projeto de Resolução nº 168/90.

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 270/88, 573/90, 575/90, 612/90, 613/90, 622/90, e dos Projetos de Resolução nºs 49/90, 195/90, 196/90, 197/90 e 198/90.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 543/90, 545/90, 566/90, 599/90, 600/90, 601/90, 603/90, 606/90, 610/90, 614/90, 615/90 e 621/90.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 631/90.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 633/90 e 642/90

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 50/90, 114/90, 199/90, 200/90 e 201/90.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 218/90.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 299/86, 23/89, 74/89, 313/89, 376/89, 521/90, 525/90, 602/90, 609/90, 611/90, 620/90, 626/90, 627/90, 628/90 e dos Projetos de Resolução nºs 202/90, 203/90, 204/90, 205/90, 206/90, 209/90, 210/90, 211/90, 212/90, 214/90.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/90.

Levanta-se a sessão.